

*Brasília, 25 de maio de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## CNN Brasil Online

Domingo, 24 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

<b>Acordo UE-Mercosul potencializa produtos com Indicação Geográfica .....</b>	<b>3</b>
--	----------

## Estado de Minas - Online

Segunda-feira, 25 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

<b>A guerra das patentes travada em oito projetos de lei e 98 ações na Justiça .....</b>	<b>5</b>
--	----------

## Metrópoles Online

Segunda-feira, 25 de maio de 2026 | Direitos Autorais

<b>Uso de música em eventos públicos exige pagamento de direitos autorais .....</b>	<b>6</b>
---	----------

Segunda-feira, 25 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

<b>Michelle consegue mais 9 autorizações para registro da marca Bolsonaro .....</b>	<b>9</b>
---	----------

## Folha do Estado Online

Domingo, 24 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

<b>O valor estratégico do desenho industrial para o seu negócio .....</b>	<b>11</b>
---	-----------

## Acordo UE-Mercosul potencializa produtos com Indicação Geográfica



Especialistas destacam que o tratado fortalece a competitividade de itens como cafés e queijos no mercado internacional

O acordo entre o Mercosul e a União Europeia, que vigora de forma provisória desde 1º de maio, deve ampliar a proteção e a visibilidade internacional de produtos brasileiros com IG (Indicação Geográfica), segundo especialistas do setor.

A avaliação é de que o tratado abre espaço para fortalecer a competitividade de itens ligados à identidade territorial, como cafés, queijos, mel, vinhos e cachaça.

As Indicações Geográficas são mecanismos que reconhecem produtos cuja reputação, qualidade ou características estão associadas à sua região de origem. Com o acordo, produtores brasileiros podem ganhar maior proteção jurídica no exterior, dificultando o uso indevido de nomes de origem por fabricantes estrangeiros.

Segundo o **Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial)**, o Brasil alcançou 150 **Indicações Geográficas** nacionais reconhecidas até dezembro de 2025. Desse total, 119 são Indicações de Procedência (IP) e 31 são **Denominações de Origem** (DO). Considerando também os registros estrangeiros reconhecidos no país, o total chega a 161 IGs registradas no Brasil.

Segundo Rafael Mafra, coordenador de Estratégia Negociadora do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), o acordo representa um avanço importante para a valorização de produtos autênticos brasileiros no mercado internacional.

"O Acordo Mercosul-União Europeia amplia a proteção aos produtos genuínos brasileiros protegidos por Indicação Geográfica. Produtos de alto valor, como cafés, queijos e cachaça, não poderão ter seus nomes indevidamente utilizados", afirmou.

Apesar disso, ele ressalta que o acesso efetivo ao mercado europeu ainda depende de fatores técnicos e comerciais, além da capacidade de organização dos próprios territórios produtores.

"O reconhecimento de uma IG em um acordo é uma oportunidade de agregar valor e ampliar mercado. Mas o aproveitamento dessa oportunidade depende da oferta consistente de um produto de qualidade", disse.

Além da União Europeia, o Mercosul também avança nas negociações com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco formado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. A expectativa é de que o acordo também amplie oportunidades para produtos brasileiros certificados em mercados com alta valorização de itens de origem controlada.

Daniel França, pesquisador do **Inpi**, acredita que o acordo com o bloco europeu representa um marco para o reconhecimento internacional das IGs brasileiras. "Do ponto de vista político, ele incentiva novos reconhecimentos no Brasil e serve de referência para negociações futuras, como com a EFTA", afirmou.

Para o pesquisador, as negociações internacionais já produziram reflexos internos, incluindo mudanças regulatórias e novas políticas públicas voltadas à promoção das Indicações Geográficas. "Os acordos não produzem apenas efeitos externos, mas também impactos dentro do país", acrescentou.

Kelly Lissandra Bruch, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e especialista em IG, destaca que a indicação geográfica traz valor em toda a região. "Com o selo, o turismo rural é impulsionado, assim como os negócios locais, como restaurantes, hotéis e novos produtos impulsionados por demandas regionais", explicou.

De acordo com Nicole de Alencar, advogada especializada em **Propriedade Intelectual**, a **Indicação Geográfica** protege o vínculo entre o território de origem, o saber-fazer local e a reputação construída em torno de determinado produto ou serviço ao longo do tempo.

"A IG protege a origem geográfica e o padrão associado a ela, enquanto as marcas permitem que cada produtor construa seu posicionamento comercial próprio dentro desse padrão. Essa combinação contribui para ampliar a proteção jurídica e agregação de valor no longo prazo", afirmou.

#### Connection Terroirs

O tema será debatido durante o Connection Terroirs do Brasil 2026, evento promovido pela Rossi & Zorzanello em parceria com o Sebrae, que acontece

entre 10 e 13 de junho, em Gramado, no Rio Grande do Sul.

O painel reunirá o coordenador de Estratégia Negociadora do Mapa, Rafael Mafra; o pesquisador do **Inpi**, Daniel França; e a professora da UFRGS, Kelly Bruch.

O debate no Connection Terroirs do Brasil deve discutir como o país pode transformar o reconhecimento internacional das Indicações Geográficas em geração de valor, competitividade e desenvolvimento territorial.

## A guerra das patentes travada em oito projetos de lei e 98 ações na Justiça



A guerra sobre a prorrogação de patentes, que afeta sobretudo a indústria farmacêutica, tem sido travada principalmente no Congresso e no Judiciário nos últimos anos. Pelo menos oito projetos de lei tramitam no Legislativo para estender a exclusividade na comercialização de produtos e 98 ações estão na Justiça com o mesmo objetivo. Pela lei vigente no Brasil, os inventores têm exclusividade na comercialização de um produto por um período de 20 anos, contado a partir do pedido inicial ao **INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial)**.

Essa batalha legislativa e jurídica começou em 2021, após o STF (Supremo Tribunal Federal) julgar inconstitucional o artigo 40 da Lei de Patentes, que permitia estender a exclusividade de uma invenção caso o **INPI** demorasse para analisar o pedido.

Após essa decisão, diversas empresas foram ao Judiciário requerer a extensão das patentes e, parale-

lamente, mobilizaram parlamentares para apresentar projetos de lei para tratar do assunto. Com seguidas derrotas nos tribunais, os interessados em requerer a prorrogação da validade do período de exclusividade têm tentado garantir essa possibilidade por meio de uma nova lei.

A iniciativa mais adiantada é o projeto de lei complementar 32 de 2026, de autoria da deputada Renata Abreu (Podemos-SP), que trata, entre outros assuntos, sobre a definição de mecanismo de ajuste do prazo de vigência de patentes em caso de atraso administrativo não imputável ao titular.

Até cinco anos

O texto é relatado pelo deputado Beto Richa (PSDB-PR) e a primeira versão do parecer para votação na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara prevê um prazo máximo de extensão de até cinco anos. Pela proposta, isso ocorrerá quando uma demora administrativa na análise do pedido for superior a cinco anos entre o pedido de exame e a concessão, deduzidos os períodos de atraso causados pelo próprio requerente. Um requerimento de urgência para levar essa discussão direto ao plenário da Câmara foi apresentado por Renata e pelo líder do PSD, Antônio Brito (PSD).

De um lado, fabricantes brasileiros de genéricos são contra a extensão das patentes e argumentam que essa possibilidade inibe investimentos, impacta a população com preços mais altos e o SUS (Sistema Único de Saúde), que gasta mais para comprar os medicamentos. Do outro lado, as empresas estrangeiras donas das patentes afirmam que ajustes de prazo não configuram benefício adicional, mas a recomposição de um direito afetado por ineficiência estatal, desde que devidamente comprovado.

## Uso de música em eventos públicos exige pagamento de direitos autorais



Lei garante que compositores e artistas sejam remunerados pelo uso público das respectivas músicas, mesmo em eventos gratuitos

Um elemento que não falta em todo ano eleitoral é a trilha sonora. Aquela que atravessa ruas em carros de som, embala vídeos de campanha, cria identificação imediata com o eleitor. A música, nesse contexto, não é apenas um recurso estético, é estratégia de comunicação.

Contudo, não se pode esquecer que, se uma música for utilizada durante a campanha, esse uso deve ser aprovado e remunerado.

Isso porque, no Brasil, as obras musicais são protegidas pela Lei nº 9.610/98, que garante aos autores o direito de decidir sobre a utilização das criações e de serem remunerados por isso. Na prática, isso significa que a música, embora amplamente acessível, não é um recurso livre.

Mas, limitar esse direito ao período eleitoral é reduzir o alcance real do problema. Ele existe no carro de som que circula pelas ruas anunciando promoções, na música ambiente de restaurantes, nos shows em praça e até em eventos corporativos.

A mesma lógica se repete ao longo de todo o calendário público: nas festas de aniversário das cidades, nos shows em praças, nas inaugurações e em eventos institucionais.

"A música é como qualquer bem. Se você quer usar, precisa de autorização ou precisa pagar por isso", explica a advogada Maíra Mega Itaboraí,

sócia do escritório Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados.

Assim como não é possível utilizar um produto físico sem autorização do proprietário, o mesmo princípio se aplica às criações intelectuais. A diferença é que, no caso da música, essa "propriedade" não é visível; ela circula, é compartilhada, está presente no cotidiano, e isso frequentemente gera a falsa percepção de que não há dono.

O que é ECAD?

Para lidar com esse tipo de uso em larga escala, existe o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), responsável por arrecadar e distribuir os valores de **direitos autorais** decorrentes da execução pública de músicas.

E, na prática, o conceito de execução pública é mais amplo do que muita gente imagina.

Ele inclui qualquer utilização de música em ambientes coletivos ou de acesso público como bares, restaurantes, academias, festas municipais, trios elétricos, carros de som, shows etc.

Não importa se a música vem de uma banda ao vivo, de uma caixa de som ou de uma playlist, se ela está sendo utilizada publicamente, existe incidência de **direito autoral**.

Na prática, quando uma canção é tocada em um evento aberto ao público, como um show ou uma celebração municipal, o ECAD atua como intermediário: recolhe os valores de quem promove o evento e repassa aos titulares, como compositores e editoras.

Segundo Elizabeth Levy, gerente de Relações Governamentais, o papel da gestão coletiva formada pelo Ecad e pelas associações de música, é justamente garantir que a remuneração chegue aos criadores das obras musicais utilizadas publicamente.

"O ECAD atua como um elo entre quem utiliza música, como emissoras de rádio e TV, shows, eventos, estabelecimentos comerciais e plataformas digitais e os compositores e músicos, que devem ser remunerados pelo uso do seu trabalho", explica.



Apesar de dúvidas frequentes sobre o tema, a regra geral é simples: sempre que uma música é utilizada publicamente, existe incidência de **direitos autorais**.

Isso vale para shows, eventos públicos, festas municipais, estabelecimentos comerciais, sonorização de ambientes e outras utilizações coletivas de obras musicais.

Existem exceções específicas, como alguns casos ligados a campanhas eleitorais e jingles criados exclusivamente para esse contexto. Mas, o ECAD reforça que essas situações são pontuais e não representam a regra do mercado musical.

O principal objetivo da gestão coletiva é assegurar que compositores, músicos e titulares das obras recebam pela utilização pública das criações.

Mais do que entretenimento, a música ocupa um papel central na cultura, na comunicação e nas experiências coletivas.

"A música ajuda a contar histórias e a criar conexão emocional. Ela faz parte da nossa memória cultural", afirma a secretária de Cultura de São Paulo, Marília Marton.

Segundo ela, a presença da música é praticamente inevitável em qualquer tipo de celebração coletiva. "Quando se pensa em comemorar, se pensa em música. É a linguagem das comemorações."

Porém, um dos equívocos mais comuns é a ideia de que eventos gratuitos estariam automaticamente isentos de qualquer pagamento relacionado a **direitos autorais**. Contudo, a legislação não se baseia na cobrança de ingressos.

A legislação considera execução pública toda utilização de música em ambientes coletivos, mesmo quando o evento é gratuito.

Assim como palco, iluminação e segurança, os **direitos autorais** também fazem parte da estrutura necessária para a realização de eventos.

"Não faz sentido planejar um evento para milhares de pessoas e esquecer um item obrigatório. É como esquecer banheiro ou segurança", ressalta Marília.

Intérprete e compositor

Outro ponto que costuma gerar confusão é a relação entre intérprete e compositor.

"Quem executa a música recebe pelo show. Mas, quem escreveu a música precisa receber pelo uso da

obra", pondera Marília Marton.

Embora o intérprete esteja no palco, o compositor é o responsável pela criação da obra. Por isso, a legislação garante que ambos sejam remunerados de formas diferentes.

E é justamente por isso que o **direito autoral** se torna essencial: ele garante que esse trabalho, ainda que fora dos holofotes, seja reconhecido e remunerado.

E, diferentemente do intérprete, o compositor não recebe cachê pela execução ao vivo. A remuneração vem justamente do **direito autoral**.

"Em 2025, mais de 345 mil titulares receberam valores de **direitos autorais** no Brasil. Esses recursos são essenciais para a manutenção da atividade artística e para a economia criativa", frisa Levy.

**Direito autoral** também é política cultural

Embora não seja uma política pública no sentido clássico, o **direito autoral** se conecta diretamente com agendas estratégicas do Estado.

Ele dialoga com cultura, economia criativa, geração de renda e valorização da produção artística nacional.

Levy avalia que incorporar esse debate à gestão pública também é uma forma de fortalecer políticas culturais mais sustentáveis.

"Ao remunerar criadores, o Poder Público contribui para a continuidade da produção musical, incentiva novos talentos e fortalece a diversidade cultural brasileira", frisa.

Ver essa foto no Instagram Um post compartilhado por Ecad (@ecad\_oficial)

Uma engrenagem que precisa funcionar inteira

Pensar o **direito autoral** de forma isolada é um erro comum.

Na prática, ele faz parte de uma engrenagem maior, que envolve artistas, produtores, gestores e o próprio público.

Quando uma dessas partes falha, o impacto se espalha.

Se o pagamento não é feito, o prejuízo não é apenas jurídico, ele atinge diretamente quem vive da criação.

E, no longo prazo, afeta a própria diversidade cultural.

"Se a pessoa não recebe, ela deixa de produzir. E isso empobrece a cultura", resume Marília.

Por outro lado, quando o sistema funciona, o efeito é inverso.

A remuneração chega aos autores, novos conteúdos são criados e o ciclo cultural se fortalece.

Por trás de cada melodia que ecoa em uma praça, em um palco ou em um carro de som, existe uma criação. E toda criação tem dono.

Reconhecer isso não é apenas cumprir uma regra. É reconhecer valor.

ECAD

Site | Instagram |



## Michelle consegue mais 9 autorizações para registro da marca Bolsonaro



No final de março, ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro conseguiu mais nove autorizações para registro da marca "Bolsonaro" junto ao **INPI**

Enquanto Flávio Bolsonaro (PL-RJ) foca sua atenção na pré-campanha ao Palácio do Planalto, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) administra, sem alarde, a influência do sobrenome da família nos negócios.

Só no último dia 31 de março, Michelle conseguiu, de uma vez, mais nove autorizações para o registro da marca "Bolsonaro". As concessões foram dadas pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**.

3 imagens Fechar modal. 1 de 3 Ex-primeira dama, Michelle Bolsonaro e o ex-presidente Jair Bolsonaro com o perfume "Mito" Divulgação/Redes sociais 2 de 3 Ex-primeira dama, Michelle Bolsonaro e o ex-presidente Jair Bolsonaro com o perfume "Mito" Divulgação/Redes sociais 3 de 3 Michelle Bolsonaro vira garota-propaganda de beleza nas redes sociais Instagram/Reprodução

Segundo levantamento da coluna, os registros abrangem produtos como joias e bijuterias, instrumentos musicais, roupas de cama, bananada, ração para animais, entre outros.



Michelle consegue mais 9 autorizações para registro da marca Bolsonaro - destaque galeria Michelle consegue mais 9 autorizações para registro da marca Bolsonaro - destaque galeria

Michelle ainda aguarda a concessão de outros cinco pedidos de titularidade da marca Bolsonaro para produtos como lâminas de barbear, armas de fogo, tabaco, vaporizadores e calçados.

Em agosto de 2025, o revelou, na coluna Tácio Lorrان, que a ex-primeira-dama já tinha solicitado 89 registros de marcas ao **INPI** até aquele momento.

Michelle ampliou o leque de opções e também pediu o registro de marcas com seu próprio nome e algumas variações, como MB Cosméticos, MB Calçados e MB Acessórios, além de pleitear a titularidade das marcas Bolsonaro Mito e Bolsomito.

**Marcas** do casal Bolsonaro

O lado garoto e garota-propaganda de Michelle e Bolsonaro vem sendo explorado pelo casal desde 2023, após deixarem o Palácio do Planalto.

Continuação: Michelle consegue mais 9 autorizações para registro da marca Bolsonaro



Ex-primeira dama, Michelle Bolsonaro e o ex-presidente Jair Bolsonaro com o perfume "Mito" Ex-primeira dama, Michelle Bolsonaro e o ex-presidente Jair Bolsonaro com o perfume "Mito"

Os dois lançaram uma linha de cosméticos e perfumes, além de uma loja virtual que vende produtos como canecas e tábuas de churrasco estampadas com o sobrenome da família.

No ano passado, o ex-presidente lançou uma linha de óculos de grau e de sol chamada Mito. Os produtos da marca variam entre R\$ 300 e R\$ 359, sem considerar o valor do frete.

Confira a lista de produtos com registro da marca Bolsonaro:

Jóias e bijuterias, incluindo relógios de uso pessoal;

Instrumentos musicais;



Michelle Bolsonaro vira garota-propaganda de beleza nas redes sociais Michelle Bolsonaro vira garota-propaganda de beleza nas redes sociais

Bolsas de couro animal e vegetal, malas de viagem, malas com rodinha e peles de animal;

Roupa de cama e toalhas de mesa;

Bananada, goiabada cascão, geleias, peixe em conserva e alimentos com maior composição de soja;

Café, chá, pão e sorvetes;

Ração para animais, frutas, verduras e legumes frescos, malte para cerveja, destilados e plantas;

Água, cerveja, suco de frutas, verduras e legumes;

Bebidas alcoólicas, com exceção da cerveja.

## O valor estratégico do desenho industrial para o seu negócio



Proteger essa estética legalmente é tão vital quanto resguardar marcas ou patentes tecnológicas.

O design de um produto, tecnicamente chamado de desenho industrial, é um diferencial competitivo capaz de atrair clientes e destacar um item no mercado. Ele compreende a forma ornamental de um objeto ou o conjunto de linhas e cores que conferem um visual único e original à sua configuração externa. Proteger essa estética legalmente é tão vital

quanto resguardar marcas ou patentes tecnológicas.

Por que o registro é indispensável?

O registro junto ao **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)** é a única forma de garantir que terceiros não produzam, importem ou vendam sua criação sem autorização. Sem essa salvaguarda, o criador perde seus direitos e corre o risco de ver seu design copiado ou até registrado por outra pessoa. Além disso, a proteção legal incentiva a inovação estética e garante o retorno sobre o investimento do criador.

O que pode ser protegido?

A lei brasileira abrange uma vasta gama de categorias, como:

Bens de consumo: Joias, relógios, produtos de luxo e domésticos.

Indústria e tecnologia: Instrumentos médicos, técnicos e embalagens.

Moda e infraestrutura: Estampas têxteis, equipamentos esportivos e estruturas arquitetônicas.

Critérios para obter a proteção

Para que o registro seja concedido, o design deve atender a quatro requisitos:

# Índice remissivo de assuntos

Denominação de Origem .....	1,2
Direitos Autorais .....	4,5,6
Marco regulatório   INPI .....	1,2,3,7,8,9
Propriedade Industrial .....	1,2,3,7,8,9
Propriedade Intelectual .....	1,2